

ALFABETIZAÇÃO EM PROCESSO: ANÁLISES TEÓRICO-PRÁTICAS DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA

Mônica Mayara de Queiroz Melo, estudante - UERN¹
Giovana Carla Cardoso Amorim, orientadora - UERN²

O presente trabalho traz discussões acerca do processo de alfabetização e letramento infantil, tendo como objeto de análise a representação escrita de uma criança de cunho longitudinal entre 6 e 7 anos de idade em seu processo de estabelecimento do código escrito, tomando como base a perspectiva psicogenética para compreensão do percurso que a criança faz até a aquisição convencional da escrita. A metodologia desse estudo de caso se deu a partir de autoditados realizados em quatro sessões, bem como, de acompanhamento diário caracterizando uma abordagem de pesquisa qualitativa. Através das observações feitas foi possível visualizar que a apropriação do código escrito se trata de um processo que começa antes da criança entrar na escola, através de seu contato com o mundo escrito. A criança passa a construir hipóteses em relação à escrita de maneira progressiva e atemporal, e a escola precisa contribuir para que a criança possa evoluir em suas hipóteses e avançar nas etapas de desenvolvimento, utilizando os conhecimentos prévios e instigando a criança a compreender os contextos cotidianos.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita. Criança. Alfabetização

Introdução

Falar sobre os processos que envolvem a aquisição do código escrito é sempre pertinente e salutar para as pesquisas na área de educação. Reconhecer o processo de alfabetização como um mecanismo longitudinal de apropriação da língua, requer perceber o sujeito em etapas significativas de alfabetização processual, que implica no seu conhecimento de mundo e nas estratégias particulares que o mesmo empreende para compreensão do código lingüístico. Assim, dentro dessa esfera de compreensão da linguagem, o conjunto das regras que, para uma determinada língua, estabelecem a grafia correta das palavras e o uso de sinais de pontuação, é o que conhecemos por ortografia (Aurélio séc. XXI). O domínio ortográfico de alguém é analisado a partir de sua escrita, da maneira que se escreve de algumas normas e regras. Dessa forma, a escrita de uma criança desde a sua gênese é o que representará seu nível de

¹Graduanda do curso de Pedagogia (mayara.qmelo@hotmail.com);

² Profª.Dra. da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no curso de Pedagogia atuante nas áreas de alfabetização e Educação Infantil (giovana_melo@hotmail.com).

alfabetização, ou seja, sua compreensão do código linguístico através das regras convencionais, ou não; pois a partir delas pode-se identificar etapas de compreensão e representação de esquemas gráficos em que a mesma se encontra.

Podemos afirmar que a linguagem oral e escrita são os instrumentos básicos da comunicação entre os seres humanos em uma sociedade, e é o que os identificam como tal. Desde a infância até a vida adulta, a linguagem é o que move o pensamento e está inserida nas ações diárias do ser humano, o que nos permite ativá-la e organizá-la. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é fazer uma análise da escrita longitudinal de 1 ano de construção de conhecimentos de uma criança através dos estudos basilares de Ferreiro (2001) que destaca que a escrita pode ser considerada como uma representação da linguagem ou como um código de transcrição gráfica das unidades sonoras, ou conjunto articulado dessas mesmas unidades em contextos significativos. A metodologia da pesquisa se insere em um estudo de caso, onde uma criança denominada de SOL foi observada e analisada através de autoditados (testagens de palavras simples em contextos de uso imediato) “4 palavras e 1 frase”, a cada três meses, para que fosse percebida sua evolução em relação aos esquemas de alfabetização

Entendendo o processo de alfabetização: o que é? Como acontece?

A **alfabetização** consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação. De um modo mais abrangente, a alfabetização é definida como um processo no qual o indivíduo constrói a gramática e em suas variações. Esse processo não se resume apenas na aquisição dessas habilidades mecânicas (codificação e decodificação) do acto de ler, mas na capacidade de interpretar, compreender, criticar, resignificar e produzir conhecimento. Todas essas capacidades citadas anteriormente só serão concretizadas se os alunos tiverem acesso a todos os tipos de portadores de textos. O aluno precisa encontrar os usos sociais da leitura e da escrita. A alfabetização envolve também o desenvolvimento de novas formas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral. (Wikipédia 02/2013)

Podemos observar que o termo alfabetização está inteiramente ligado à prática da “codificação” e “decodificação” do sistema alfabético de escrita, por isso ser chamado de processo de alfabetização. Mas esse mesmo processo pode ser reconhecido sob duas grandes perspectivas. A primeira, que valoriza instâncias paulatinas de

conhecimento, se iniciando quando a criança começa a “decifrar um código” a partir de uma sequência de etapas, que necessariamente, vão da letra, para a sílaba até chegar no signo. E a segunda, que perpassa pelo entendimento dos níveis de evolução da escrita da criança. É nesses níveis que a criança mostra sua capacidade de interpretar e reproduzir símbolos gráficos. O educador alfabetizador deve conhecer o nível que a criança apresenta para poder intervir e levá-la a refletir sobre suas hipóteses. Ferreiro e Teberosky (1985) identificam que, são quatro os níveis de evolução da escrita da criança. Sendo eles classificados como:

- Nível pré-silábico: a criança nessa fase nomeia as coisas através de desenhos, elas não sabem diferenciar a escrita do desenho, achando que desenhar é escrever. Depois produzem rabiscos como bolinhas, tracinhos, pseudoletas, números, percebendo que há diferença entre o desenho e a escrita. Em seguida, escreve a mesma combinação de letras para palavras diferentes. E negando sua hipótese anterior, elas mudam as letras para escrever palavras diferentes.
- Nível silábico: a criança nessa fase escreve uma letra para cada sílaba da palavra.
- Nível silábico-alfabético: nessa fase, a criança, às vezes, escreve uma letra para cada sílaba, outras vezes, mais de uma letra. É uma fase de transição entre o silábico e o alfabético.
- Nível alfabético: esta é a fase onde a criança venceu as barreiras do sistema de representação da linguagem escrita, ela faz a correspondência entre o número de letras e os fonemas que formam as palavras, problemas de ortografia surgirão, mas não corresponde a dificuldade do sistema de escrita vencido por ele.

Sobre as concepções que as crianças têm a respeito da escrita, Ferreiro, (2001, p.16-17) diz:

Os indicadores mais claros das explorações que as crianças realizam para compreender a natureza da escrita são suas produções espontâneas, entendendo como tal as que não são o resultado de uma cópia (imediate ou posterior). Quando uma criança escreve tal como acredita que poderia ou deveria escrever certo conjunto de palavras, está nos oferecendo um valiosíssimo documento que necessita ser interpretado para poder ser avaliado.

Segundo Tfouni (2006) a escrita está associada ao desenvolvimento social e cognitivo das crianças que quando alfabetizadas usam a leitura e a escrita para a execução das práticas que constituem sua cultura.

Dessa forma o professor alfabetizador precisa ter o cuidado de observar cada potencialidade da criança em relação ao seu avanço na leitura e escrita. Aprender a ler não significa apenas codificar, e sim compreender o que está lendo. A criança precisa do contato com todo e qualquer tipo de escrito para que se habitue e passe a ter maior habilidade com as palavras. Ela reproduz muitas vezes aquilo que ouve da maneira que ouve ou mesmo que fala e exemplos disto são as trocas constantes no uso de algumas consoantes e de algumas vogais.

Nesse processo, como já citado anteriormente, a criança atravessa algumas etapas, que são as Garatujas, a Pré-silábica, silábica, silábico-alfabético e alfabética. Teberosky (2003) relata sobre as fases afirmando que ao pegar no lápis, quando a mesma tem o hábito de fazer uso de lápis e papéis, seus primeiros rabiscos são considerados como garatujas; a pré-silábica tem como característica a ausência de relação entre os sons e as letras, ou seja, um não corresponde ao outro, escrevem sem fazer uma devida relação e tem o que Ferreiro (2001) nomeia de leitura global, onde não se codifica o que se lê; na silábica, são capazes de controlar o que está escrito, ou seja, mesmo que não compreendam exatamente o valor sonoro das palavras, compreendem que existe na escrita uma relação entre quantidade de sílabas e letras, representa a sílaba de uma palavra com uma letra; a fase silábico-alfabético há uma mistura dos princípios silábicos e alfabéticos, por ser uma fase de transição a criança representa em alguns momentos uma sílaba com uma letra e posteriormente pode apresentar com duas letras; na última fase a alfabética se caracteriza pela correspondência sistemática exaustiva entre letras e fonemas, mesmo que, muitas vezes, a ortografia não seja convencional, nessa fase as crianças conseguem corresponder à quantidade de letras e os fonemas das palavras, alcançando assim a representação da linguagem escrita.

Ferreiro (2001) afirma que as dificuldades que as crianças enfrentam são dificuldades conceituais semelhantes às da construção do sistema e por isso pode-se dizer, em ambos os casos, que a criança reinventa esses sistemas. Não se trata de que as crianças reinventem as letras nem os números, mas que, para poderem se servir desses elementos como elementos de sistema, devem compreender seu processo de construção e suas regras de produção, elas as reinventam de forma que seja de sua compreensão.

É através dessas etapas que se torna possível acompanhar e entender o desenvolvimento das crianças. Outro ponto a ser levado em consideração e que leva o nível de alfabetização a outro patamar é o meio em que a criança está inserida, se a

mesma tem contato com pessoas alfabetizadas e com elementos motivadores, como acesso a leitura de livros e revistas infantis, e até mesmo ao computador, que apesar de não haver necessidade de escrever com o lápis, a criança precisa ler e identificar as letras para juntá-las e formar aquilo que quer escrever.

Nesse ponto tratamos então da aquisição da linguagem escrita, onde desde o nascimento as crianças tem contato com ambiente urbano, sendo expostas a materiais escritos e tendo acesso a ações sociais que as levem a ter interpretações o que possibilitará a aquisição de novas formas de escrita, digo, o reconhecimento das letras e a transcrição das mesmas ao saber onde podem ser encaixadas. A criança lê e escreve inicialmente da maneira que pronuncia a palavra, inicialmente como meros rabiscos, as garatujas como já mencionado nas fases acima, por isso a importância de um ambiente propício ao desenvolvimento da leitura, onde a criança possa estar em constante manuseio de materiais escritos, sejam em livros de histórias infantis, revistas, gibis, jornais. Jean Piaget em seus estudos nos fez refletir sobre a ideia de que nosso modo de pensar é o único legítimo e instigou-nos a adotar o ponto de vista do sujeito em desenvolvimento. Por isso é tão importante a presença desse ambiente propício a leitura, pois aos poucos irá se habituar a sequência correta das letras, e até mesmo a pronuncia de algumas palavras, pois passará a conhecer as letras que a compõem.

O desenvolvimento da linguagem oral e escrita: da teoria à prática

Para as crianças, a aprendizagem da linguagem oral e escrita é um dos elementos importantes para ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais e de convívio familiar. A linguagem se constitui como um dos eixos básicos na Educação Infantil e Fundamental, dada sua importância para o desenvolvimento e formação do indivíduo, para a interação social, na orientação das ações, na construção de conhecimentos e no desenvolvimento das ideias.

Afirma Ferreiro (2001) que se aceitarmos que a criança não é uma tabula rasa onde se inscrevem as letras e as palavras segundo determinado método; se aceitarmos que o “fácil” e o “difícil” não podem ser definidos a partir da perspectiva do adulto mas

da de quem aprende; se aceitarmos que qualquer informação deve ser assimilada (e portanto transformada) para ser operante, então deveríamos também aceitar que os métodos (como sequência de passos ordenados para chegar ao fim) não oferecem mais do que sugestões, incitações, quando não práticas rituais ou conjuntos de proibições. O método não pode criar conhecimento.

Para Teberosky (2003) as crianças aprendem a escrita da mesma maneira que aprendem diversos aspectos do mundo. Criando suas hipóteses através do ambiente material e o ambiente social. O que se refere aos ambientes por si só não seria significativos, pois um depende do outro para que as crianças tenham uma aprendizagem significativa.

Ainda para autora supracitada, reconhece que o currículo da Educação Infantil deveria ser organizado a partir de quatro eixos, que seria entrar no mundo da escrita; apropriar-se dessa linguagem, escrever e ler; produzir e compreender textos escritos.

No que refere-se ao primeiro eixo Teberosky (2003, p.83) diz que “Essa dimensão se concretiza na incorporação de um amplo leque de matérias e de atividades capazes de sensibilizar a criança com o meio escrito.” Assim acredita que se faz necessário a criança ter o contato com diferentes tipos de suportes, para facilitar não apenas uma contextualização, mas uma aprendizagem dentro e fora da escola.

O segundo eixo apontado pela autora se refere à frequência com que as crianças se comunicam com leitores e escritores, sendo importante a interação com os mesmos e com os diferentes materiais gráficos. O professor deve agir como um mediador dessa interação proporcionando leituras diversificadas como contos, poesias, histórias e em voz alta para melhor compreensão da criança.

Para Emília Ferreiro (1996) apud Teberosky (2003), diz que:

Qualquer escrita é um conjunto de marcas gráficas intencionais, mas qualquer conjunto de marcas não constitui uma escrita: são as práticas culturais de interação que transformam essas marcas em objetos simbólicos e lingüísticos.

Assim, a leitura proporcionada pelo professor em voz alta, permite associar os sinais gráficos com a linguagem e a linguagem com diferentes tipos de textos. Já no terceiro eixo discutido pela autora refere-se ao processo de compreensão da escrita, dessa forma seria a compreensão das relações da oralidade e da escrita, ou seja, entre o escrever e o ler.

A presença de materiais escritos no contexto da sala de aula facilita a exploração desses materiais, como na iniciativa a escrever e a ler as próprias criações delas mesmas, transformando numa verdadeira situação – problema no desenvolvimento da aprendizagem.

Dessa forma, introduz o quarto eixo apontado pela autora que seria “esta dimensão faz referência ao fato de que o acesso à linguagem escrita é, prioritariamente, um acesso aos textos.” Assim por que não dizer que o educador deve ajudar as crianças a produzir seus próprios textos, poderia até questionar: como seria essa produção? Não é necessário ser um texto escrito como a concepção de muitos, mas esse texto poderia ser representado em formas de gravuras, de sinais gráficos, poderia ser um relato de uma história, entre outras situações criadas pela criança.

Em educação infantil, aprender a deslocar-se sobre o texto, usando os diversos índices gráficos, textuais ou contextuais, é uma aprendizagem importante. Assim, por exemplo, a atenção às fórmulas de início e final, às letras em destaque, aos títulos, às ilustrações, etc., são formas de ajudar as crianças a navegar nos textos. (TEBEROSKY, 2003, p.87)

Neste processo de aprendizagem é de fundamental importância a interação com o meio, pois a criança perpassa por vários fatores, desde o seu desenvolvimento emocional, como da relação escola e sociedade. Diante de pesquisas realizadas podemos perceber que o trabalho de aprendizagem da linguagem oral e escrita não se restringe apenas a sala de aula.

Analisando a escrita de uma criança: bases conceituais e práticas de um estudo longitudinal

A partir de estudos específicos a respeito da área de alfabetização e letramento no que se refere a aquisição da língua escrita das crianças, passamos a ter interesse no mundo da evolução da linguagem escrita. A pergunta central que instigou essa pesquisa, foi: como a criança consegue compreender algumas junções e disjunções da língua portuguesa de modo a se apropriar efetivamente para fazer seus escritos?

Então decidimos realizar a pesquisa, nos utilizando de pré-testes com autotitados (figuras simples e significativas que o sujeito deveria atribuir significado e

registrar sob o ponto de vista gráfico) para serem analisados a partir da evolução psicogenética do processo de aquisição da linguagem da criança, tomando como base nas sessões contextualizações através de conversas e histórias para que o sujeito tivesse a condição de apropriar-se dessa linguagem, escrever e ler.

A criança se chama SOL (nome fictício do sujeito) hoje tem 7 anos (iniciou a pesquisa aos 6 anos). Mora com o pai, o tio e os avós paternos, em uma família de classe média e estuda em uma instituição da rede privada de ensino no município de Mossoró/RN. Atualmente, cursa o 2º ano do Ensino Fundamental. É uma criança bastante enérgica, muito esperta, que gosta muito de animais, desenho animado, brincadeiras de rua e também de tecnologias (tablet, celular, videogame).

A observação teve início no mês de abril 2012, onde aconteceu o início da pesquisa. O pedido foi que se escrevesse seu nome completo, sua idade, as palavras Francisco, Borboleta, Macaco e Banana. Pelos escritos percebemos uma escrita silábica onde o som das palavras enunciadas não correspondia à escrita e vice-versa.

A segunda aplicação foi realizada em julho do mesmo ano, e o mesmo pedido de escrita foi feito. Aqui SOL não demonstrou condições de avanço em relação ao nível de escrita, porém a compreensão da base fonética sim no sentido do fonema. Continua a escrever de acordo com o som emitido pelas palavras, como por exemplo, a repetição da letra “a” na palavra macaco, por estar presente em todas as sílabas, a letra torna-se uma única sílaba. Visualizamos estrategicamente ainda uma escrita silábica.

A terceira observação foi feita em outubro do mesmo ano. E além da repetição das mesmas palavras foi pedido que escrevesse a frase: o macaco come banana. E a criança estava no nível silábico-alfabético. Nessa fase, a criança, às vezes, escreve uma letra para cada sílaba, outras vezes, mais de uma letra. É uma fase de transição entre o silábico e o alfabético.

A última aplicação foi realizada em janeiro do ano presente, 2013, e o mesmo pedido de escrita foi feito. Aqui ela ainda está no nível silábico-alfabético.

No momento a criança continua sendo observada, e está saindo do nível silábico-alfabético e entrando no nível alfabético, ela passou a fazer a correspondência entre o número de letras e os fonemas que formam as palavras, ainda com algumas dificuldades em relação a troca de consoantes e vogais, porém com maior facilidade a escrever palavras completas.

Tomando como base as sessões percebemos que a caracterização de cada nível não é determinante, pois a criança pode estar em um nível com traços do nível anterior, isso acontece geralmente na transição de uma fase para outra, pois ele perdeu a estabilidade do nível anterior e não tem estabilidade no nível seguinte.

Segundo Kato (1992, p. 72), podemos, então, hipotetizar que o desenvolvimento da escrita na criança é um processo que apresenta certa variação e que as etapas não são discretas. Acrescentamos ainda, que as etapas podem se sobrepor, envolvendo fases em que duas ou mais concepções coexistem. Assim:

Conhecer a psicogênese da alfabetização não implica, portanto, permanecer estático, à espera do aparecimento do próximo nível. Especialmente nos países em via de desenvolvimento, onde grande parte da população continua excluída da comunidade alfabetizada, a escola tem a enorme responsabilidade de propiciar para as crianças experiências de alfabetização que os pais estão na impossibilidade de lhes proporcionar. (FERREIRO, 1995, p.34)

O ritmo com que a criança atravessa esse percurso até a alfabetização é particular de cada um, pois as pessoas são diferentes e pensam de maneira diferente, por isso é necessário que o professor conheça cada aluno e possa perceber em que nível de evolução da escrita ele se encontra para poder intervir a favor da aprendizagem.

Considerações finais

Durante muitos anos os educadores conceberam a ideia tradicional sobre o processo de alfabetização, cultivou-se a teoria de que a linguagem escrita se denominava apenas como um código de transcrição da fala, Neste sentido a criança era vista como agente passivo no processo de construção do conhecimento, pois recebia passivamente todas as informações sem interferir no processo. O professor ocupava a posição de profissional que sabia todas as coisas e não necessitava de interferência externa.

Muitos foram os métodos utilizados para alfabetizar, mas sempre se tornaram falhos, pois se fundamentavam em teorias ultrapassadas, alfabetizando de forma fragmentada em que começava pelas letras do alfabeto, para depois ensinar as sílabas e em seguida as palavras e assim por diante, nesse processo a linguagem escrita era

apresentada para a criança sem contextualização tornando-se sem significado, distante da realidade da criança.

O trabalho de Ferreiro e Teberosky (1985) trouxe uma outra proposta que concebe a linguagem escrita como objeto social, cultural, cognitivo, e por isso, presente no cotidiano da criança, em suas práticas sociais.

Em detrimento dessa outra realidade o aprendiz é visto como agente ativo no processo de construção do conhecimento e que interfere diretamente no processo de ensino-aprendizagem. Aparece como um ser que pensa a construção dessa escrita e elabora hipóteses acerca desse objeto, o seu uso, suas funções, reconstruindo a escrita para compreender todas essas questões inerente à linguagem em sua forma convencional.

A linguagem escrita deixa de ser um código de transcrição da fala e depois de muitos estudos já se concebe como um sistema de representação.

De acordo com Ferreiro e Teberosky a criança passa por fases de desenvolvimento da escrita até a última, que é a alfabética, ou seja, a criança está alfabetizada. Isso nos instigou a investigar os mecanismos e formas de representação da linguagem escrita na transição entre o Ensino Infantil e Fundamental do sujeito SOL, com o objetivo de registrar as representações escritas das crianças e analisar sob a ótica da psicogênese percebendo as hipóteses que elas constroem sobre a escrita.

A partir dos estudos, as observações feitas foram possíveis constatar as hipóteses construídas. Percebemos que nesse processo é fundamental que as atividades de leitura e escrita sejam significativas para as crianças. Deve haver uma relação de sentido, porém alguns professores ainda têm trabalhado com base em atividades de cópias, inibindo a escrita espontânea e produzindo um aprendizado repetitivo e mecânico, e assim a criança se sente desestimulada e incapaz de transformar o conhecimento.

A criança que apenas reproduz não se sente preparada para produzir espontaneamente, nesse processo, reconhecer os eixos compreensivos e estimular a criança a compreender os fonemas e o seu uso em palavras contextualizadas são primordiais para o seu pleno desenvolvimento.

Referências

FERREIRA, Aurélio B. H, **Novo Dicionário (Aurélio) da Língua Portuguesa**, 2.^a edição revista e ampliada, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 24ª Ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época; v.14).

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. São Paulo: Artmed, 1985.

KATO, Mary A. **A concepção da escrita pela criança**. 2 Ed. Campinas, SP: Pontes, 1992.

Wikiphttp://pt.wikipedia.org/wiki/Linguagem#Ferramenta_para_comunica.C3.A7.C3.A3o>. Acesso em: 02 abr. 2013.

TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. **Aprender a Ler e Escrever: uma proposta construtivista**; trad. Ana Maria Neto Machado – Porto Alegre: Artmed, 2003.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Questões da Nossa Época).